



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 1º de abril de 2025

<b>Bolsas</b> Na segunda-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na segunda-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b>	<b>CDI</b>	<b>CDB</b>	<b>Inflação</b>
1,25% São Paulo	132.519	R\$ 5,705 (- 0,98%)	R\$ 1.518	R\$ 6,169	14,15%	14,16%	IPCA do IBGE (em %)
1% Nova York	26/3 27/3 28/3 31/3	Últimos					Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31

## INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

# Farmácias já aplicam reajuste de remédios

Apesar da elevação em até 5%, setor indica que nem todos os medicamentos terão preços remarcados

» RAPHAEL PATI

Decreto publicado ontem no *Diário Oficial da União (DOU)* detalha o aumento dos medicamentos, que vale a partir de hoje nas farmácias de todo o Brasil. O reajuste é o menor desde 2018 e fica abaixo da inflação acumulada dos últimos 12 meses, que foi de 5,06%, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O ajuste autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed) estabelece três níveis máximos, ou “tetos”, que devem ser aplicados a diferentes grupos de medicamentos, de acordo com o grau de concorrência no mercado. No Nível 1, que integra medicamentos de maior procura, como analgésicos, remédios para a diabetes e anti-inflamatórios, o reajuste foi de 5,06%, equivalente à inflação acumulada. Já no Nível 2, com medicamentos de média concorrência, o reajuste foi de 3,83%, enquanto no Nível 3, para medicamentos de pouca ou nenhuma concorrência, o aumento foi de 2,60%.

De acordo com o órgão, a medida visa proteger os consumidores de aumentos abusivos, além de compensar eventuais perdas ao setor farmacêutico. Apesar do aumento de pouco mais de 5% no teto de preços, o presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), Nelson Mussolini, afirma que os medicamentos do Nível 1 serão poucos afetados, visto que a maioria deles já possuem uma série de descontos, por exemplo, pelo programa Farmácia Popular.

“Um alerta que a gente faz é que é sempre bom pesquisar. Às vezes uma farmácia tem um estoque maior do que a outra, então pode oferecer um desconto melhor. Além disso, procurar sempre um médico, para que ele diga se pode trocar o produto, se tem algum grande problema em trocar esse produto, por exemplo. Em terceiro lugar, que deve ser sempre visto, ter conhecimento se o

produto que o médico lhe forneceu está na Farmácia Popular”, alerta Mussolini.

É importante destacar que os preços dos medicamentos no Brasil são regulados por força de lei, de acordo com um modelo que estabelece o preço máximo que pode ser cobrado por cada produto. Os estabelecimentos não têm autorização para vender o medicamento por um preço maior ao que é considerado o seu preço máximo, apesar de ser comum os consumidores comprarem com descontos.

“A gente faz outro alerta: produto de tarja vermelha só deve ser comprado com uma receita do profissional de saúde, seja médico ou dentista. Esses dois são os profissionais de saúde habilitados a fazer uma prescrição médica e, com essa prescrição, você pode ter adesão a programas das empresas e também pode ter produtos na Farmácia Popular em que você adquire de graça esses produtos”, complementa o presidente.

### Cidadania

Já a advogada especialista em Saúde Rebecca Paranaguá, explica que o reajuste de preço não pode ser visto apenas sob a ótica de mercado, mas como uma questão de garantia de acesso. “Até porque em casos de impossibilidade econômica pelo cidadão hipossuficiente, o Estado pode ser judicialmente compelido – via ações judiciais de fornecimento de medicamentos – a arcar com custos de tratamentos, incluindo medicamentos reajustados”, destaca.

Dessa forma, ainda que o reajuste possa ser considerado “baixo”, a advogada explica que representa uma dificuldade adicional para várias famílias brasileiras, especialmente aquelas fora de planos de saúde ou do sistema de copagamento, no qual parte do valor cobrado ao consumidor é pago pelo próprio Ministério da Saúde. Por outro lado, ela ainda destaca que o reajuste autorizado está abaixo dos custos operacionais reais de diversas indústrias farmacêuticas.

Imagem retirada da internet



Por ser seguro, o acetaminofeno tem sido recomendado há muito tempo como tratamento de primeira linha para osteoartrite



**Um alerta que a gente faz é que é sempre bom pesquisar. Às vezes uma farmácia tem um estoque maior do que a outra, então pode oferecer um desconto melhor”**

**Nelson Mussolini**, o presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma)

## Sobe o ICMS das “blusinhas”

A partir de hoje, consumidores de 10 estados que realizam compras pela internet passarão a pagar mais caro pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelos estados. De acordo com a determinação dos Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), a alíquota sobre as compras internacionais será reajustada dos atuais 17% para 20% nos estados de Acre, de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio Grande do Norte, de Roraima e de Sergipe.

A decisão havia sido aprovada pelo Comsefaz em dezembro de

2024, para valer a partir de hoje. Até ontem, a alíquota era uniforme de 17% em todos os estados e no Distrito Federal. De acordo com o Comsefaz, o reajuste foi aprovado com o objetivo de reforçar o “compromisso dos estados com o desenvolvimento da indústria e do comércio nacional, promovendo uma tributação mais justa e contribuindo para a proteção do mercado interno frente aos desafios de um cenário globalizado”.

### Taxa polêmica

A taxa desses produtos ganhou destaque no ano passado, quando o Congresso Nacional

aprovou a cobrança de 20% no Imposto de Importação (II), recolhido pela Receita Federal, após um intenso debate entre Executivo, Legislativo, e representantes de alguns setores da indústria, como têxteis e calçados. O presidente Lula foi contra a taxa. A lei, que ficou conhecida como “taxa das blusinhas”, vale para compras internacionais de até US\$ 50. Os produtos com valores entre US\$ 50,01 e US\$ 3 mil são taxados em 60%, com uma dedução fixa de US\$ 20 no valor total do imposto.

O ICMS havia sido elevado antes, em julho de 2023, também como forma de incentivar a indústria local.

## BANCOS

# Desdobramentos da compra do Master pelo BRB

Agência Brasília



» ANA MARIA CAMPOS  
» EDLA LULA

O mercado financeiro e o meio político de Brasília tiveram uma abertura de semana agitada, ontem, por causa do anúncio da compra, pelo BRB, do Banco Master. O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo teve que adaptar a sua agenda, após um fim de semana de especulações em torno da operação.

Ele recebeu, no fim da tarde, o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, para entender o assunto. Horas antes, Galípolo havia conversado com o presidente do BTG Pactual, André Esteves, que também estava em negociação com o Master.

Hoje, pela manhã, haverá nova reunião, desta vez, com Daniel Vorcaro, CEO do Master.

Na sexta-feira, o Conselho Administrativo do BRB anunciou a compra de 58% do capital do Master, por um preço equivalente a 75% do patrimônio consolidado da instituição financeira. A estimativa é de que a compra custe R\$ 2 bilhões.

Pelas regras do sistema financeiro, a operação precisa ser aprovada pelo Banco Central, por isso o interesse de Galípolo nas negociações. A autarquia precisa receber, ainda, das duas instituições, os documentos necessários para a análise da operação, em um prazo de 360 dias.

Ontem, em entrevista à TV

CNN, Costa afirmou que a decisão de compra se deve à necessidade de crescimento do BRB. “Havia necessidade de crescer em outras áreas para que a gente possa ser um banco completo. Precisávamos crescer em mercados de capitais, no atacado de médias e grandes empresas e nas operações de câmbio”, disse.

### Reações

Na Câmara Legislativa vários deputados pediram que Costa vá à Casa prestar esclarecimentos. “A recente aquisição do Banco Master pelo Banco de Brasília S.A (BRB) tem levantado questionamentos sobre a transparência e a lisura dessa transação, bem como

qual foi a análise de viabilidade econômica e sustentação financeira desta transação”, afirmam os deputados Chico Vigilante, Gabriel Magno e Ricardo Vale, do PT, que assinaram o requerimento de convocação do presidente do BRB.

A deputada Paula Belmonte (Cidadania) também tomou providências para ouvir os esclarecimentos do presidente do BRB sobre a transação. Paula apresentou um requerimento de convite do executivo.

O deputado distrital Fábio Felix (PSOL) pediu que o Ministério Público de Contas apure possíveis irregularidades no processo. Ele sustenta que a operação desperta preocupações acerca de provável prejuízo ao erário do DF.

Pelo acordo, BRB pagará 75% do patrimônio líquido do Banco Master